

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/18263	27585/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CPI/09/26/DCP - Fornecimento das licenças e serviços complementares de assistência pós-venda com direitos de upgrade de versão		
Unidade Administrativa		
DFGE - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Fornecimento das licenças e serviços complementares de assistência pós-venda com direitos de upgrade de versão conforme tabela de produtos, garantindo a compatibilidade com a arquitetura tecnológica implementada no Município de Braga

Enquadramento Legal:

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Órgão Executivo autorizar a despesa e aprovar as peças do procedimento, designadamente o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.

Fundamentação:

A aquisição de licenças com serviços de assistência pós-venda e direitos de upgrade de versão é essencial para assegurar a continuidade, segurança e fiabilidade dos sistemas de informação do Município de Braga.

Esta contratação garante a compatibilidade com a arquitetura tecnológica existente, evitando riscos de incompatibilidade e preservando os investimentos realizados.

Os direitos de atualização permitem manter as soluções tecnologicamente atualizadas, seguras e em conformidade com os requisitos legais, enquanto o suporte técnico assegura a resolução célere de incidentes e o normal funcionamento dos serviços.

Assim, trata-se de uma necessidade indispensável para garantir a operacionalidade, modernização e eficiência dos serviços municipais.

Nestes termos, encontra-se demonstrado o interesse público subjacente ao procedimento, nos termos do artigo 36.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, na medida em que a contratação se revela necessária para garantir a continuidade operacional, a segurança dos sistemas, a fiabilidade da informação e a qualidade do serviço público prestado.



Por outro lado, a solução proposta assegura o cumprimento dos princípios da economia, eficiência e eficácia:

- **Economia:** recorre-se a uma solução integrada que otimiza os custos associados ao licenciamento, manutenção e organização tecnológica, evitando encargos adicionais decorrentes de aquisições avulsas ou intervenções corretivas não planeadas;
- **Eficiência:** garante-se a continuidade e o adequado desempenho dos sistemas, com redução de riscos de falhas e diminuição de tempos de indisponibilidade, promovendo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis;
- **Eficácia:** assegura-se que os objetivos operacionais e estratégicos do Município são plenamente alcançados, designadamente no que respeita à modernização administrativa, à segurança da informação e à qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

Assim, a presente despesa revela-se necessária, justificada e alinhada com uma gestão rigorosa e sustentável dos recursos públicos.

A despesa correspondente encontra-se cabalmente cabimentada através do cabimento sequencial n.º 101865

Tendo em conta o valor estimado da contratação e a natureza do fornecimento, considera-se adequado o recurso ao procedimento de Concurso Público, nos termos do artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

As peças procedimentais – Programa de Concurso e Caderno de Encargos – encontram-se elaboradas e são submetidas para aprovação.

Proposta:

Submeter à deliberação do Órgão Executivo:

1. A autorização para a despesa necessária à contratação das referidas apólices e da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP;
2. Da escolha do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP;
3. A aprovação das peças do procedimento (Programa de concurso e Caderno de Encargos), em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP.
4. Restantes propostas constantes do ponto 3.º da informação de abertura de procedimento
5. Determinar que se proceda à tramitação subsequente do procedimento, nos termos legais aplicáveis.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONCORDÂNCIA COM AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Data: 26/05/2026

Nº Processo:: 27585/2026

Processo: Proposta à Câmara Municipal - CPI/09/26/DCP - Fornecimento das licenças e serviços complementares de assistência pós-venda com direitos de upgrade de versão

Atento o teor da informação de abertura do procedimento, bem como os fundamentos nela expendidos, concordo com as peças do procedimento de contratação pública propostas, constantes do ponto 3.º da referida informação.

Mais determino que, nos termos do n.º 1, alínea f), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente informação seja submetida à apreciação e aprovação do órgão executivo, na próxima reunião de Câmara .

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CPI/09/26/DCP

**Fornecimento de licenças e serviços complementares de
assistência pós-venda com direitos de upgrade de
versão**

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais	4
1ª. Objeto.....	4
2ª. Contrato.....	4
3ª. Prazo do contrato.....	4
Secção I – Obrigações da entidade adjudicante	5
4ª. Obrigações da entidade.....	5
5ª. Preço contratual	5
6ª. Alterações ao contrato.....	6
7ª. Condições de pagamento.....	6
Secção II – Obrigações do cocontratante	7
8ª. Obrigações principais do cocontratante	7
9ª. Proteção de dados pessoais.....	8
10ª. Responsabilidades	9
11ª. Dever de sigilo	9
12ª. Termos de desempenho ambientais	10
Secção III – Penalidades contratuais e força maior	10
13ª. Penalidades contratuais	10
14ª. Força maior	11
Secção IV – Resolução e subcontratação contratual	12
15ª. Resolução por parte da entidade adjudicante	12
16ª. Resolução por parte do cocontratante	13
17ª. Subcontratação e cessão da posição contratual.....	13
18ª. Foro competente.....	13
Secção V – Disposições Finais	13
19ª. Consulta preliminar ao mercado.....	13
20ª. Comunicações e notificações	14
21ª. Gestor do Contrato	14
22ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens.....	14
23ª. Contagem dos prazos	14
24ª. Legislação aplicável	14
Parte II – Cláusulas Especiais.....	14

25ª.	Especificações técnicas.....	14
26ª.	Equivalência Técnica	18

PARTE I – Cláusulas Gerais

1ª. Objeto

1. Procedimento Concurso Público n.º CPI/09/26/DCP.

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o Fornecimento de licenças e serviços complementares de assistência pós-venda com direitos de upgrade de versão, conforme tabela de produtos garantindo a compatibilidade com a arquitetura tecnológica implementada no Município de Braga descrita nas especificações técnicas do caderno de encargos.

2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

3ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até 31 de julho de 2029, ou até ser atingido, durante esse período, preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força

maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.

2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
 - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia após o Visto do Tribunal de Contas.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

Secção I – Obrigações da entidade adjudicante

4ª. Obrigações da entidade

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos bens que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5ª. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base de **1.102.137,09€ (valor sem IVA)**.
3. O preço referido no ponto anterior inclui uma reserva fixa de 71 167,92 €, para eventual aquisição de licenciamento adicional ao longo da vigência do contrato.
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante,

incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
 - a. A 60 dias, a contar do início de cada anuidade de 2026, 2027 e 2028.
 - b. A faturação para adicionais será realizada de forma pontual, sempre que aplicável

6ª. Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

7ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):

- i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaelectronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
- d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com servico.contabilidade@cm-braga.pt
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
3. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a disponibilização das licenças em cada anuidade.
4. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
8. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

Secção II – Obrigações do cocontratante

8ª. Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a. Disponibilizar e licenciar à entidade adjudicante o software objeto do contrato, nos termos definidos no caderno de encargos;
 - b. Assegurar a compatibilidade com os sistemas identificados;
 - c. Fornecer a documentação técnica e de utilizador;
 - d. Prestar suporte técnico e corrigir eventuais não conformidades;
 - e. Cumprir as obrigações legais aplicáveis em matéria de propriedade intelectual e proteção de dados.
2. O cocontratante obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
 4. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
 5. São igualmente da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

9ª. Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.

2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial ao Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

10ª. Responsabilidades

1. O cocontratante(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) cocontratante(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

11ª. Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

12ª. Termos de desempenho ambientais

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais, no âmbito da sua atividade empresarial, por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.
3. Constitui igualmente obrigação do cocontratante a aplicação de medidas de gestão ambiental específicas, quando adequado, em conformidade com um sistema de certificação por terceiros, como os sistemas EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) ou a norma ISO 14001.

Secção III – Penalidades contratuais e força maior

13ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;

- b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
- 2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
- 3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
- 4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

14ª. Força maior

- 1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Secção IV – Resolução e subcontratação contratual

15ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do cocontratante:
 - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;

- b. Prestação de falsas declarações;
 - c. Estado de falência ou insolvência;
 - d. Cessação da atividade;
 - e. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

16ª. Resolução por parte do cocontratante

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

17ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

18ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Secção V – Disposições Finais

19ª. Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base da cláusula

5ª - Preço Contratual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta, comuns à consulta preliminar, forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

20ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, por meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

21ª. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

22ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens

1. Os serviços objeto da contratação serão prestados nas instalações do Município de Braga.

23ª. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

24ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

25ª. Especificações técnicas

As presentes especificações técnicas, tem por objeto a renovação do licenciamento necessário **para a manutenção da infraestrutura de TI** da CMB atualizada, conforme ponto 3.

1. **Objeto**

O objeto do presente procedimento visa o fornecimento das licenças e serviços complementares de assistência pós-venda com direitos de upgrade de versão conforme tabela de produtos, garantindo a compatibilidade com a arquitetura tecnológica implementada no Município de Braga descrita no ponto 3.

Pretende-se que o presente fornecimento tenha início na data de assinatura do contrato e termine a 31 de julho de 2026.

2. **Serviços complementares ao licenciamento de software**

2.1 O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente as seguintes prestações e serviços associados ao licenciamento de software:

- Prestações e serviços conexos de assistência pós-venda para os produtos adquirir e já adquirido cujo licenciamento se mantém ativo, nomeadamente, garantir a instalação/reinstalação ou upgrade das licenças instaladas, sem perda de dados e informação existentes nos postos de trabalho e/ou na infraestrutura e garantindo que o Município e colaboradores tem acesso a toda a informação, existente na infraestrutura, durante todo o processo;
- Prestação de serviços de assistência pós-venda que assegurem o suporte às licenças identificadas na tabela de produtos e serviços. Os serviços de suporte deverão ser prestados pelos canais:
 - ☐ via Web (Internet);
 - ☐ e-mail ou telefone no regime 24 horas x 7 dias.

Devem ser fornecidos os contactos a utilizar em cada um dos casos.

- Conjunto de serviços que assegurem os upgrades de versão das licenças identificadas na tabela de produtos e serviços do presente documento;

2.2 Todas as eventuais despesas não expressamente previstas no contrato e que derivem da sua execução são da responsabilidade do adjudicatário;

2.3 Os serviços de instalação/reinstalação e o fornecimento das licenças, previstos acima, devem estar concluídos 10 dias uteis, após adjudicação.

3. **Arquitetura tecnológica da Câmara Municipal de Braga.**

3.1 Postos de trabalho baseados em:

- Sistema operativo Windows, Microsoft Office como ferramenta de produtividade e licenças Microsoft de acesso às diversas funcionalidades da infraestrutura de servidores e ao Office 365;

3.2 Infraestrutura de Servidores baseada em:

- Microsoft Windows Server Standard e Datacenter como sistema operativo de suporte aos serviços aplicacionais;
- Virtualização através de Vmware;
- Microsoft System Center Datacenter para a monitorização, segurança e gestão da infraestrutura;
- Serviço de e-mail suportado em Microsoft Exchange e Office 365;
- Microsoft SQL Server Standard e Enterprise como repositórios de informação estruturada;
- Remote Desktop Services como sistema de acesso remoto aos servidores;

4. Tabela de Produtos e serviços

Quantidade	Código Produto	Descrição
100	AAD-33168	M365 E5 Unified Sub Per User
100	AAD-33200	M365 E3 Unified FSA Renewal Sub Per User
330	AAD-33204	M365 E3 Unified Sub Per User
305	KV3-00353	Win Enterprise Device ALng SA Platform
305	269-12442	Office Professional Plus ALng SA Platform
305	W06-01069	Core CAL ALng SA Platform DCAL
305	6U6-00002	O365 E1 CAO Sub Device CCAL
1	PEJ-00002	Defender Suite Sub Per User
100	TRA-00047	Exchange Online P1 Sub Per User
1	104-00001	Power Automate Premium Sub Per User
4	D87-01159	Visio Professional ALng SA
40	9EA-00278	Win Server DC Core ALng SA 2L
4	7NQ-00292	SQL Server Standard Core ALng SA 2L

2	7JQ-00343	SQL Server Enterprise Core ALng SA 2L
4	9EP-00203	System Center DC Core ALng SA 16L
2	9GA-00310	CIS Suite Standard Core ALng SA 16L
1	312-02257	Exchange Server Standard ALng SA
13	83I-00001	M365 Copilot Sub Add-on
2	7LS-00002	Planner & Project P3 Sub Per User

Notas:

- (a) Manutenção da Subscrição e subscrição de Licenças On Line por utilizador, que contenha os seguintes elementos:
- Sistema Operativo Cliente - Windows 11 Enterprise ou equivalente
 - Ferramentas de produtividade em cloud, ou instaladas no equipamento nomeadamente (email, Chat, Reuniões, Chamadas, Colaboração, Comunicação, mensagens, rede social empresarial e office (bloco de notas digital, organizador de tarefas, apresentação de slides, folha de texto e calculo) e base de dados), ou equivalente às ferramentas, teams, skype for business, yammer, sharepoint, onenote, powerpoint, excel, word, onedrive, access, publisher, stream, Power Apps & Flow, Planner, To-Do), e ainda Data Loss Prevention.
 - Direitos de acesso aos seguintes Servidores quer na Cloud quer On-Premise, (Windows Server +Exchange Server + Lync/SFB/Teams Server + SharePoint Server + System Center Server), assim como componentes do Ent. Mobility and Security Plano E3.
 - Direitos de instalação até 5 PCs/Macs + 5 tablets + 5 smartphones por utilizador.
 - Deve conter serviços de assistência pós-venda e Upgrade de versões.
- (b) Manutenção de licença do sistema operativo, por dispositivo (posto de trabalho), incluindo serviços de assistência pós-venda e com direitos de upgrade de versão.
- (c) Manutenção de licença das ferramentas de produtividade, por dispositivo (posto de trabalho), incluindo serviços de assistência pós-venda e com direitos de upgrade de versão.
- (d) Manutenção de licença de direito de acesso a todas as funcionalidades disponibilizadas pela infraestrutura servidora, por dispositivo (posto de trabalho), incluindo serviços de assistência pós-venda e com direitos de upgrade de versão.

- (e) Manutenção de licença online complementar às ferramentas de produtividade, por utilizador, incluindo serviços de assistência pós-venda e com direitos de upgrade de versão.
- (f) Manutenção de licença da ferramenta de desenho de fluxogramas, por dispositivo (posto de trabalho), incluindo serviços de assistência pós-venda e com direitos de upgrade de versão.
- (g) Manutenção de licença do Sistema operativo Servidor Versão Datacenter, incluindo serviços de assistência pós-venda e com direitos de upgrade de versão.
- (h) Manutenção da Licença de Servidor Enterprise de gestão de dados, para armazenamento e recuperação de dados.
- (i) Manutenção de licença do serviço de gestão de servidores Datacenter, incluindo serviços de assistência pós-venda e com direitos de upgrade de versão.
- (j) Aquisição de licença do serviço de gestão de servidores Datacenter, incluindo serviços de assistência pós-venda e com direitos de upgrade de versão, compatível com a licenças existentes em (i)
- (k) Manutenção das seguintes licenças na versão Standard:
 - Sistema operativo servidor
 - Serviço de gestão de servidores

26ª. Equivalência Técnica

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 49.º do CCP, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção deve considerar-se, em tais casos, **a menção "ou equivalente"**.